
O DISCURSO E AS RELAÇÕES DE PODER NA CONSTITUIÇÃO DAS IDENTIDADES DE GÊNERO: UMA DISCUSSÃO TEÓRICA A PARTIR DE MICHEL FOUCAULT E JUDITH BUTLER

DISCOURSE AND POWER RELATIONS IN THE CONSTITUTION OF GENDER IDENTITIES: A THEORETICAL DISCUSSION BASED ON MICHEL FOUCAULT AND JUDITH BUTLER

GEORGIA MATTOS

Universidade de Sorocaba

TARCYANIE CAJUEIRO SANTOS

Universidade de Sorocaba

23

Resumo: Este artigo busca problematizar as premissas que permeiam as configurações culturais que regulam e produzem as identidades de gênero, por meio de discursos legitimadores, que produzem “verdades” para as identidades de gênero. Trata-se de um recorte da tese “As estratégias subversivas no discurso da youtuber Louie Ponto sobre as relações de gênero: uma Análise Crítica do Discurso”, em que se traz a discussão teórica da pesquisa, realizada a partir de Michel Foucault e Judith Butler. Desse modo, propõe-se uma interconexão entre os conceitos de dispositivo da sexualidade, em Foucault, com a performatividade de gênero, em Butler, atravessados pelas relações de poder e saber, discutidos no campo da Comunicação e Cultura. Constata-se, assim, uma clara articulação entre o poder e o saber no discurso que constitui a performatividade dos gêneros, uma vez que o poder cria objetos de saber.

Palavras-chave: discurso; relações de poder; identidades de gênero; Michel Foucault; Judith Butler.

Abstract: This article seeks to problematize the premises that permeate the cultural configurations that regulate and produce gender identities, through legitimizing discourses that produce “truths” for gender identities. This is an excerpt from the thesis “Subversive strategies in the discourse of YouTuber Louie Ponto on gender relations: a Critical Discourse Analysis”, which presents the theoretical discussion of the research, carried out based on Michel Foucault and Judith Butler. In this way, an interconnection is proposed between the concepts of sexuality dispositif, in Foucault, and gender performativity, in Butler, traversed by the relations of power and knowledge, discussed in the field of Communication and Culture. Thus, a clear articulation between power and knowledge is observed in the discourse that constitutes the performativity of genders, since power creates objects of knowledge.

O discurso e as relações de poder na constituição das identidades de gênero: uma discussão teórica a partir de Michel Foucault e Judith Butler | Mattos, Cajueiro Santos

Passagens: Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará, v. 15, n.3. Especial, 2024

1 INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta uma parte da discussão teórica desenvolvida na tese “As estratégias subversivas no discurso da youtuber Louie Ponto sobre as relações de gênero: uma Análise Crítica do Discurso” (Mattos, 2023), no campo da Comunicação e Cultura, ao problematizar as premissas que permeiam as configurações culturais que regulam e produzem a política da identidade, sobretudo, as práticas significantes que pressupõem as identidades generificadas e sexuadas enquanto – e unicamente – heterossexuais, sempre dentro de uma lógica binária hierárquica, que subjaz a fixidez das identidades como expressão de sua natureza.

Para isso, nossa discussão teórica se realiza a partir de Michel Foucault e Judith Butler. Num primeiro momento, abordamos os estudos de Foucault, a partir do método genealógico, acerca dos discursos e das relações de poder que contribuíram na produção da sexualidade ocidental; bem como, os estudos de Butler, que concordam com a postulação foucaultiana de que a categoria de sexo é construída por meio de uma sexualidade historicamente situada e específica. Assim, propomos uma interconexão entre os conceitos de dispositivo da sexualidade, em Foucault, com a performatividade de gênero, em Butler, atravessados pelas relações de poder e saber.

Na seção seguinte, situamos a trajetória acadêmica de Foucault, de maneira cronológica, ao discorrer sobre os métodos arqueológico e genealógico, em que consideram o discurso como um campo que abarca tanto o saber quanto o poder. Na seção seguinte, aprofundamo-nos sobre o conceito de discurso propriamente. Por último, as considerações finais, em que retomamos as postulações defendidas por Foucault e Butler, no que diz respeito à constituição das identidades de gênero.

2 A CONSTITUIÇÃO DAS IDENTIDADES DE GÊNERO

Na obra *Problemas de Gênero*, Butler (2020) interroga sobre os alicerces que fundamentam a identidade de gênero – entendida como uma relação entre sexo, gênero, prática sexual e desejo –, a partir de suas estratégias políticas, inscritas culturalmente sobre corpos sexuados, marcados sexualmente por meio de sistemas da heterossexualidade compulsória.

Para isso, a autora lança mão de uma genealogia crítica da naturalização do sexo e do gênero, baseando-se no método genealógico de Michel Foucault, que toma o discurso como objeto de análise. Nessa perspectiva, o discurso é considerado como instrumento de poder, ao produzir saberes e “verdades”, principalmente, no que diz respeito à constituição de identidades estabelecidas como legítimas. Desse modo, o poder opera nos discursos que (re)produzem a estrutura de gênero, a relação binária entre “homens” e “mulheres”, insistindo na estabilidade de um regime heteronormativo, que estipula as categorias de gênero como ontológicas. A partir dessa matriz, cria-se o sujeito e o Outro, vinculados aos sistemas de legitimação e de exclusão. Por isso, os conceitos de discurso e de poder estão intrinsecamente ligados, atuando conjuntamente à constituição das identidades (de gênero).

O estudo de Foucault (1999), em *História da Sexualidade*, volume I, analisa os discursos e as relações de poder sobre a “formação” da sexualidade no Ocidente, no período entre o século XVIII ao século XX, a partir do método genealógico, que contempla as relações de poder investidas no(s) discurso(s) para legitimá-lo(s) enquanto saber(es) dados como verdadeiros. Como Foucault (2016, p. 27) esclarece, a genealogia considera o saber enquanto “materialidade, prática, acontecimento – peça de um dispositivo político que, como tal, se articula com a estrutura econômica. Ou, mais especificamente, a questão foi a de como se formaram domínios de saber a partir de práticas políticas disciplinares”. Um desses domínios de saber diz respeito à compreensão da sexualidade, em que Foucault analisou “sob que formas, através de que canais, fluindo através de discursos o poder consegue chegar às mais tênues e mais

individuais condutas. [...] de que maneira o poder penetra e controla o prazer cotidiano” (Foucault, 1999, p. 16).

Em sua análise, o autor apresenta a hipótese repressiva de que, na era vitoriana, passa a ser estabelecido uma sexualidade contida, discreta e/ou muda, encerrada na família conjugal, no âmbito privado, tendo como principal função a da reprodução. Assim, “a repressão funciona, decerto, como condenação ao desaparecimento, mas também como injunção ao silêncio, afirmação de inexistência e, conseqüentemente, constatação de que, em tudo isso, não há nada para dizer, nem para ver, nem para saber” (Foucault, 1999, p. 10). Pressupõe-se que, a partir deste período, emergiu um sistema do puritanismo moderno que impôs a tríplice: interdição, inexistência e mutismo – todo um aparato discursivo acerca da repressão dos desejos e dos impulsos sexuais.

Mas, ao contrário disso, Foucault (1999) acredita num falso mutismo, julgando como “hipocrisia”, pois, na realidade, incitou-se todo um processo de confissão. Em torno do “sexo”, enfatizou-se a necessidade de falar tudo a seu respeito, a vontade de saber sua verdade, no qual cada indivíduo deveria confidenciar sobre seu próprio “sexo”. A sexualidade do indivíduo tornou-se objeto de problematização, seus prazeres considerados perigosos e, por isso mesmo, deveriam ser relatados, cuidadosamente confessados – para padres, médicos, pedagogos e juízes – ouvintes investidos de autoridade e legitimidade para aconselhar, curar, corrigir e/ou punir os desejos mais secretos, que deveriam ser exteriorizados e revelados em seus mínimos detalhes.

Longe de ser reprimida então, a sexualidade teria sido permanentemente suscitada ao longo dos anos. Para Foucault (1999), desde a época clássica, tendo seu apogeu nos séculos XIX e XX, alguns pontos passaram a ser basilares: (a) deve-se falar de sexo; (b) quem fala?; (d) de que lugares?; (e) a partir de quais pontos de vista?; e (f) quais instituições incitam a fazê-lo?. Todo um conjunto que armazena e difunde a verdade do “sexo”. A esse conjunto, Foucault nomeia de “técnicas polimorfas do poder”. Com base em Habermas, quem distingue três tipos de técnica: as de produção, as de significação e as técnicas de dominação, Foucault, em parceria com Richard Sennet (1981), acrescenta as técnicas do self. Segundo os autores, são as técnicas que individualizam as pessoas por meio de operações significantes que se efetuam em seus

O discurso e as relações de poder na constituição das identidades de gênero: uma discussão teórica a partir de Michel Foucault e Judith Butler | Mattos, Cajueiro Santos

Passagens: Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará, v. 15, n.3. Especial, 2024

corpos, tornando a sexualidade tão importante a ponto de ser determinante para a definição de si mesmas. É por meio da sexualidade que as pessoas, assim, definem suas personalidades, gostos, desejos e, além disso, tornam-se conscientes de si mesmas. De acordo com Foucault e Sennet (1981, p. 5):

Se se quer analisar a genealogia do sujeito na civilização ocidental, tem-se que levar em conta não apenas as técnicas de dominação, mas também as técnicas do *self*. [...]. Em toda cultura, penso, esta tecnologia do *self* impõe uma série de obrigações verdadeiras: descobrir a verdade, ser iluminado pela verdade, contar a verdade. Todas elas são consideradas importantes para a constituição ou para a transformação do *self*.

Para os autores, existe uma relação de poder implicada nessa quase obrigatoriedade em dizer a verdade sobre si mesmo, ou melhor, sobre seu “sexo”. Para eles, quanto mais problemática a questão da sexualidade se torna, ou seja, quanto mais central a sexualidade se torna para definição do indivíduo em sociedade, conseqüentemente, mais importante passa a ser para a constituição da subjetividade do indivíduo, enquanto critério definidor de si. Dadas tais conjunções, Foucault (1999) defende que, ao invés do silêncio, a sociedade moderna passou a produzir uma multiplicação de discursos que estabeleceram saberes e verdades a respeito do “sexo”, questionando, desse modo, a hipótese repressiva.

As dúvidas que gostaria de opor à hipótese repressiva têm por objetivo muito menos mostrar que essa hipótese é falsa do que recolocá-la numa economia geral dos discursos sobre o sexo no seio das sociedades modernas a partir do século XVII. Por que se falou da sexualidade, e o que se disse? Quais os efeitos de poder induzidos pelo que se dizia? Quais as relações entre esses discursos, esses efeitos de poder e os prazeres nos quais se investiam? Que saber se formava a partir daí? Em suma, trata-se de determinar, em seu funcionamento e em suas razões de ser, o regime de poder – saber – prazer que sustenta, entre nós, o discurso sobre a sexualidade humana. (Foucault, 1999, p. 16).

A pluralidade de discursos que apareceram desde então provocou, de acordo com Foucault (1999), duas modificações cruciais. A primeira diz respeito à monogamia heterossexual como regra interna das práticas sexuais e dos prazeres; e a outra se refere às sexualidades que são consideradas “contra-natureza”. Isso se estabeleceu como objeto de verdade a partir de quatro conjuntos estratégicos, em que Foucault (1999)

O discurso e as relações de poder na constituição das identidades de gênero: uma discussão teórica a partir de Michel Foucault e Judith Butler | Mattos, Cajueiro Santos

distinguiu-os como os responsáveis por desenvolver dispositivos específicos de saber acerca do sexo. O primeiro está na histerização do corpo da mulher, cuja sexualidade se restringiu à fecundidade, ou seja, resguardada ao âmbito familiar como elemento substancial e funcional, carregada da responsabilidade biológica-moral da educação materna. Saturada de sexualidade, o efeito negativo de sua função como mãe e esposa é a patologização da “mulher nervosa”. Aliás, é através da família como célula monogâmica e conjugal que surgiu a separação entre adultos e crianças, o quarto dos pais e o dos filhos, e a segregação entre meninos e meninas, criando, assim, o segundo dispositivo de saber: a pedagogização do sexo da criança, principalmente, o perigo dos “hábitos solitários”. Com o intuito de eliminar o onanismo das crianças, médicos e pedagogos se empenharam em combater essa “epidemia”.

O terceiro conjunto de saber se deu a respeito da socialização das condutas de procriação, atribuído às práticas de controle de natalidade. Segundo Foucault (1999), disfarçado de preocupação moral, esse conjunto de saber visava aos interesses políticos e econômicos. Por último, mas longe de ser o menos importante, o autor cita a psiquiatrização do prazer perverso, sobretudo, a prática homossexual, considerada como anomalia, sendo submetida a todo um aparato médico-tecnológico para sua correção. Sobre este quarto dispositivo de saber, Foucault (1999, p. 45) complementa:

O prazer se difunde através do poder cerceador e este fixa o prazer que acaba de desvendar. O exame médico, a investigação psiquiátrica, o relatório pedagógico e os controles familiares podem, muito bem, ter como objetivo global e aparente dizer não a todas as sexualidades errantes ou improdutivas, mas na realidade, funcionam como mecanismos de dupla incitação: prazer e poder. Prazer em exercer um poder que questiona, fiscaliza, espia, investiga, apalpa, revela; e, por outro lado, prazer que se abrasa por ter que escapar a esse poder, fugir-lhe, enganá-lo ou travesti-lo.

Para o autor, o poder empregado neste dispositivo se exerce não propriamente como modo de interdição, ou mesmo de proibição, mas com o objetivo de exclusão, de marcar determinadas sexualidades como periféricas, com o propósito de exercer sobre elas um controle direto. De um modo geral, as quatro estratégias se colocam como objetos de saber privilegiados – a mulher histérica, a criança masturbadora, o casal monogâmico e as sexualidades perversas –, atuam em conjunto como controle, prescrição e correção na preocupação do sexo das crianças e de “homens” e “mulheres”. O discurso e as relações de poder na constituição das identidades de gênero: uma discussão teórica a partir de Michel Foucault e Judith Butler | Mattos, Cajueiro Santos

Foucault (1999) reforça a ideia de que o poder exercido nessas quatro estratégias discursivas não atua como interdição, mas, antes, como fator produtivo da sexualização, denominado por ele de “dispositivo da sexualidade”. A sexualidade, neste sentido, forma-se a partir de uma técnica de poder que instaura a ideia do “sexo”. Para Foucault (1999), a sexualidade se configura historicamente, tendo no “sexo”, o elemento necessário para seu funcionamento. O “sexo”, assim, é uma instância que se situa na dependência da sexualidade.

[...] o sexo nada mais é do que um ponto ideal tornado necessário pelo dispositivo de sexualidade e por seu funcionamento. Não se deve imaginar uma instância autônoma do sexo que produza, secundariamente, os efeitos múltiplos da sexualidade ao longo de toda a sua superfície de contato com o poder. O sexo é ao contrário, o elemento mais especulativo, mais ideal e igualmente mais interior, num dispositivo de sexualidade que o poder organiza em suas captações dos corpos, de sua materialidade, de suas forças, suas energias, suas sensações, seus prazeres. (Foucault, 1999, p. 145).

A ideia de sexo se ampara na pedagogia, na medicina e na economia, enquanto conjunto “perversão-hereditariedade-degenerescência” que necessita de regulação para a manutenção de sua suposta “normalidade”. O dispositivo da sexualidade está vinculado à “grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas estratégias de saber e de poder” (Foucault, 1999, p. 100). Trata-se, portanto, da produção mesma da sexualidade, na qual se instaura como um dispositivo histórico e não como uma realidade propriamente dita.

Com base nesse estudo genealógico, Foucault (1999) deixa claro que a sexualidade não pode ser concebida como um dado da natureza, em que o poder deveria colocá-la à prova, ou, ainda, enquanto um domínio obscuro que deveria vir se desvelar, mas, antes, formada por meio de um dispositivo de poder e saber, que estipulou uma verdade sobre o “sexo”. O autor denomina de “fato discursivo” ou a “colocação do sexo em discurso”, que tem como efeito a incitação à “vontade de saber” e à verdade do sexo.

Butler (2020) concorda com a postulação foucaultiana de que a categoria de sexo é construída por meio de uma sexualidade historicamente situada e específica. Trata-

O discurso e as relações de poder na constituição das identidades de gênero: uma discussão teórica a partir de Michel Foucault e Judith Butler | Mattos, Cajueiro Santos

se, segundo a autora, de uma produção tática, na qual estipula o sexo como causa da experiência sexual, do comportamento e do desejo, que oculta seus próprios objetivos estratégicos de produção. “A pesquisa genealógica de Foucault expõe essa ‘causa’ ostensiva como um ‘efeito’, como a produção de um dado regime de sexualidade que busca regular a experiência sexual instituindo as categorias distintas do sexo como funções *fundacionais* e causais, em todo e qualquer tratamento discursivo da sexualidade” (Butler, 2020, p. 53, grifo da autora). Assim, para ambos, a verdade produzida do sexo enquanto causa e efeito da sexualidade é, na verdade, produzida por práticas reguladoras que concebem identidades coerentes.

Butler (2020) reitera que essas práticas reguladoras atuam a partir de uma matriz de normas de gênero, responsável pela heterossexualização do desejo, ao instituir a oposição discriminada e assimétrica entre “feminino” e “masculino”, dados como atributos expressivos naturais, que correspondem a “macho” e fêmea”. Essa matriz cultural estabelece apenas uma identidade de gênero inteligível, consequente da padronização: pênis/vagina, homem/mulher, desejo heterossexual. Segundo Butler (2020), identidades em que o gênero não decorre do “sexo” (enquanto genitália) e as práticas do desejo não decorrem nem do “sexo” e nem do “gênero” não podem existir, situam-se fora do “direito” que as leis culturais produzem e regulam sobre o significado da sexualidade. Essas identidades, portanto, são consideradas como meras falhas do desenvolvimento, ou, ainda, impossibilidades lógicas, como pontua Butler (2020), por não se conformarem às normas de inteligibilidade de gênero.

A autora tem como intuito desmistificar essa matriz de gênero, revelar o modo como sua dominação circula enquanto “fato natural”, quando, na verdade, não passa de “fábulas” de gênero. A partir da crítica genealógica, Butler (2020) explica as categorias fundacionais de sexo, gênero e desejo como efeitos de um poder que produz as identidades de gênero; investiga as produções políticas que designam a sexualidade como origem e causa das categorias de identidade, denunciando-as como efeitos de instituições, de práticas e de discursos. Para ela, o gênero não é “algo” que as pessoas possuem, ou um atributo essencial que torna a pessoa quem ela “é”, mas criado e inscrito em identidades inteligíveis, através de uma lei cultural estruturante. “Quando a ‘cultura’ relevante que ‘constrói’ o gênero é compreendida nos termos dessa lei ou

conjunto de leis, tem-se a impressão de que o gênero é tão determinado e tão fixo quanto na formulação de que a biologia é o destino. Nesse caso, não a biologia, mas a cultura se torna o destino” (Butler, 2020, p. 29).

Assim, as identidades de gênero não são ontologicamente fundadas, mas construídas culturalmente a partir de um sistema, denominado pela autora de “ordem compulsória da heterossexualidade”, que produzem as “verdades” sobre a sexualidade como fatos naturais e ontológicos. Neste sentido, Butler (2020) desenvolve a teoria da performatividade de gênero, que entende o gênero como uma prática aprendida e repetida ao longo do tempo, embutida nas identidades, que nomeia a diferença sexual, criando essa aparência naturalizada. Para Butler (2020, p. 200), “a ‘nomeação’ do sexo é um ato de dominação e coerção, um ato *performativo* institucionalizado que cria e legisla a realidade social pela exigência de uma construção discursiva/perceptiva dos corpos, segundo os princípios da diferença sexual”. Dessa forma, a identidade de gênero se constrói mediante atos performativos – aprendidos e impostos – construídos discursivamente, produzindo a unidade de “sexo”, gênero e desejo como genuínos e anteriores à cultura.

Butler (2020) se fundamenta no conceito de performatividade linguística de John L. Austin, quem entende que existem dois tipos de enunciados – aqueles que simplesmente descrevem ou relatam algo, chamados de “enunciados constatativos”; e os que realizam determinadas ações quando estão sendo ditos, por exemplo, quando se responde “sim” no altar de uma igreja, o sujeito não está meramente descrevendo uma cerimônia de casamento, mas vivenciando a própria experiência em si. Afirmações como estas são chamadas pelo linguista de “enunciados performativos”, pois a linguagem, nesta ocasião, torna-se um discurso que forma, concebe e determina as ações e as coisas. Butler (2020) também se fundamenta na ideia de performatividade da escritora feminista Monique Wittig, ao defender que a linguagem é um conjunto de atos repetidos no tempo, produzindo efeitos de realidades, que estabelecem “homens” e “mulheres” como fatos naturais.

Dentro da concepção da performatividade de gênero, o gênero é compreendido como performativamente produzido, não se trata de um fato natural, anterior às significações culturais, mas, ao contrário, considerado como efeito substantivo

estabelecido por práticas reguladoras que procuram manter sua coerência. Para Butler (2020), o gênero se mostra performativo no interior de um discurso herdado da metafísica da substância, ou seja, como naturalmente autêntico, que constitui a identidade supostamente como “realmente se é”. Este pensamento também é corroborado em Foucault, conforme a autora nos lembra:

Para Foucault, a gramática substantiva do sexo impõe uma relação binária artificial entre os sexos, bem como uma coerência interna artificial em cada termo desse sistema binário. A regulação binária da sexualidade suprime a multiplicidade subversiva de uma sexualidade que rompe as hegemonias heterossexual, reprodutiva e médico-jurídica. (Butler, 2020, p. 46-47).

Butler (2020) acrescenta, a partir disso, que por meio da genealogia crítica, desmascara-se as ontologias de gênero, denunciando que essa metafísica da substância não passa de uma aparência, de um conjunto de atos constitutivos de uma ordem compulsória da heterossexualidade. Em suas palavras, “o gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser” (Butler, 2020, p. 69). Assim, a performatividade de gênero, de acordo com a autora, reúne um conjunto de atos, gestos e desejos que formam um núcleo ou uma substância interna, produzido na “superfície” do corpo, por meio de significações impostas culturalmente. Não há, dessa maneira, uma essência interna ou uma identidade autêntica, mas fabricações sustentadas por signos corpóreos e por meios discursivos. Por isso, para Butler (2020), os gêneros não podem ser “verdadeiros” ou “falsos”, pois sua verdade interna é uma fabricação, uma fantasia inscrita na superfície dos corpos, que produzem efeitos de verdade a partir de um discurso político e social.

Se a “coerência” da identidade de gênero se constrói de modo performativo, por meio de discursos legitimadores, torna-se imprescindível compreender de modo mais aprofundando o pensamento foucaultiano acerca do discurso e do poder, que, interligados, contribuem para a produção de saberes e de verdades enquanto construtos para a constituição do indivíduo. Para isso, situamos os estudos de Foucault

de maneira cronológica, na seção seguinte, a fim de facilitar a compreensão a respeito do discurso e do poder, temas tão amplamente tratados pelo autor.

2.1 RELAÇÕES DISCURSIVAS: UMA ARQUEOLOGIA DO SABER A PARTIR DE UMA GENEALOGIA DO PODER

Ao longo de sua trajetória acadêmica, Foucault se utilizou do saber como campo investigativo, tomando o discurso como objeto de análise, bem como, as relações de poder implicadas neste processo. Ressalva-se que o filósofo tem o discurso como objeto de análise por meio de dois métodos: a arqueologia e a genealogia. No método arqueológico, o discurso é estudado a partir de sua regularidade, ou seja, por meio de quais regras e condições que permitem o aparecimento de determinados discursos. Com base na descrição do discurso, pela análise do saber, investiga-se como algo pode ser considerado como “verdadeiro”. Já na genealogia, Foucault se preocupa em mostrar como o discurso produz efeitos de poder. Assim, *grosso modo*, suas pesquisas demonstram que o discurso é um campo que contém tanto o saber quanto o poder.

Na obra *As palavras e as coisas*, originalmente publicada em 1966, Foucault realiza um estudo arqueológico, no qual analisa o modo como determinados saberes se constituem, denominando-se de *epistémê*. Nesse sentido, para ele, a *epistémê* é o aparecimento de uma ordem, em um dado período histórico, que permite que os saberes surjam. De acordo com Foucault (2000), em cada momento histórico, existe uma ordem – uma condição de possibilidade – para a constituição de saberes, que são manifestos em discursos, os quais estabelecem uma verdade em cada campo de saber. Para o autor, as ciências humanas, como a psicologia, a sociologia, a antropologia etc., surgiram quando o indivíduo passou a ser objeto privilegiado do conhecimento e, assim, nesta obra, analisou a constituição das ciências humanas em suas relações de saberes.

Na obra *A arqueologia do saber*, publicada pela primeira vez em 1969, Foucault (2008) reitera que a *epistémê* deve ser compreendida como o conjunto das relações que unem, em cada época, sistemas formalizados, ou seja, possibilita o surgimento de epistemologias e ciências, a partir de práticas discursivas, das quais podem ser analisadas no nível das regularidades discursivas em que aparecem. Em suas palavras:

O discurso e as relações de poder na constituição das identidades de gênero: uma discussão teórica a partir de Michel Foucault e Judith Butler | Mattos, Cajueiro Santos

“eu definiria *epistémê* como o dispositivo estratégico que permite escolher, entre todos os enunciados possíveis, aqueles que poderão ser aceitáveis no interior, não digo de uma teoria científica, mas de um campo de cientificidade, e a respeito de que se poderá dizer: é falso, é verdadeiro” (Foucault, 2016, p. 368).

A arqueologia, portanto, investiga a maneira como uma *epistémê* pode emergir numa dada época, a partir de configurações de saber. Segundo Foucault (2008, p. 213, grifo do autor), “o que se tenta revelar, na *história arqueológica*, são as práticas discursivas na medida em que dão lugar a um saber, e em que esse saber assume o status e o papel de ciência”. Dessa forma, o autor defende que a arqueologia busca definir os próprios discursos, enquanto práticas que obedecem a regras, isto é, a sistemas de simultaneidade, responsável por circunscrever, em momentos específicos, um novo princípio de positividade. “A descrição arqueológica se dirige às práticas discursivas [...]. Procura somente estabelecer a *regularidade* dos enunciados. [...] designa, para qualquer *performance* verbal (extraordinária ou banal, única em seu gênero ou mil vezes repetida), o conjunto das condições nas quais se exerce a função enunciativa que assegura e define sua existência” (Foucault, 2008, p. 162-163, grifo do autor). Assim, o método arqueológico mostra a singularidade de certos tipos de discursos que a história pode dar lugar, isto é, os discursos têm uma historicidade.

A arqueologia define as regras de formação de um conjunto de enunciados. Manifesta, assim, como uma sucessão de acontecimentos pode, na própria ordem em que se apresenta, tornar-se objeto de discurso, ser registrada, descrita, explicada, receber elaboração em conceitos e dar a oportunidade de uma escolha teórica. A arqueologia analisa o grau e a forma de permeabilidade de um discurso: apresenta o princípio de sua articulação com uma cadeia de acontecimentos sucessivos; define os operadores pelos quais os acontecimentos se transcrevem nos enunciados. (Foucault, 2008, p. 188-189).

Já a genealogia, termo que Foucault se inspirou na terminologia nietzschiana, a análise se embute de uma perspectiva política, que busca responder o “porquê” deste saber e não outro em seu lugar, já que os discursos se situam em relações de poder (Machado, 2016). A obra *A ordem do discurso*, de 1970, é considerada a transição da fase arqueológica para a genealógica, em que Foucault apresenta novas ideias a respeito do discurso, principalmente, em relação ao poder. Essa relação é ainda mais

O discurso e as relações de poder na constituição das identidades de gênero: uma discussão teórica a partir de Michel Foucault e Judith Butler | Mattos, Cajueiro Santos

Passagens: Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará, v. 15, n.3. Especial, 2024

aprofundada na obra *Microfísica do poder*, de 1979. Na fase genealógica, Foucault pesquisa a formação histórica das sociedades capitalistas, seja sobre o surgimento da instituição carcerária, como em *Vigiar e punir* (1975), ou ainda, sobre o dispositivo da sexualidade, em *História da Sexualidade: a vontade de saber*, originalmente publicada em 1976, como elucidado na seção anterior. O método genealógico busca mostrar as condições políticas que possibilitam determinados discursos, os quais estabelecem relações do saber com o poder.

Importa destacar, como o próprio autor já pontuou em alguns momentos, que a genealogia não se trata de uma ruptura ou uma oposição ao estudo arqueológico, mas, antes, uma extensão investigativa, em que o saber passa a ser analisado também em termos de táticas de poder. Como se trata de uma ampliação dos estudos sobre os discursos, que concilia os dois métodos foucaultianos, passemos a entendê-los melhor como pano de fundo para as produções discursivas.

2.1.1 O discurso na perspectiva foucaultiana

Foucault (2008), em *Arqueologia do saber*, compreende o discurso, entre outras coisas mais, enquanto manifestação que se encontra em campos de diferenciação e de descontinuidades, de possibilidade de domínio, de definição daquilo de que fala; presente nas relações estabelecidas entre instituições, processos econômicos e sociais, modos de comportamento, em sistemas de normas e técnicas, tipos de classificação e de caracterização socioculturais etc., que lhes dão o status de “objeto”, de torná-lo possível de aparecer, de ser nomeável e descritível.

Deste modo, os discursos atuam como práticas que produzem os objetos dos quais se referem. E determinado objeto de discurso aparece, segundo Foucault (2008), a partir de certas condições, sobretudo, condições históricas, que tornam possível “dizer alguma coisa” sobre este objeto; condições para que seja inscrito em um domínio de parentesco, de relações de semelhança ou, ao contrário disso, de diferença, de afastamento e até mesmo de transformação. Essas condições são consideradas de suma importância, pois isso que, para Foucault (2008), não se pode falar de qualquer coisa em qualquer época, visto que “o objeto não espera nos limbos a ordem que vai liberá-lo e

permitir-lhe que se encarne em uma visível e loquaz objetividade; ele não preexiste a si mesmo, retido por algum obstáculo aos primeiros contornos da luz, mas existe sob as condições positivas de um feixe complexo de relações” (Foucault, 2008, p. 50).

Os objetos, segundo o autor, não permanecem constantes, pois surgem a partir de condições históricas que permitem sua aparição; por relações discursivas que os delimitam, analisam, descrevem e caracterizam. Essas relações discursivas, como explica Foucault (2008), não são internas ao discurso – não ligam entre si palavras, conceitos ou proposições de modo dedutivo ou retórico; tampouco, não são exteriores ao discurso, que o limitariam ou imporiam certos modos de enunciar. As relações discursivas, de acordo com o autor, estão no limite do discurso: oferecem objetos de que o discurso possa falar, tornando, assim, o discurso enquanto uma prática. Para Foucault (2008, 2000), a prática discursiva se configura por meio de um conjunto de regras, as quais definem sua especificidade.

Essas regras, por seu turno, estabelecem o que Foucault (2000) denomina de “ordem”, ordem esta que se forma nas culturas e conforme suas respectivas épocas, definida por sistemas de coerência ou de semelhança, organizada em códigos ordenadores, que configuram os modos de “ser” desta ordem. De acordo com o autor, a ordem obedece a uma lei geral, a qual justifica a razão de se estabelecer determinada ordem e não outra em seu lugar. A constituição de uma ordem ocorre a partir de códigos de uma cultura, como, por exemplo, as que regem a linguagem, as técnicas, os valores, as práticas e as trocas sociais e, por isso mesmo, podem ser substituídas. “É em nome dessa ordem que os códigos da linguagem, da percepção, da prática são criticados e parcialmente invalidados. É com base nessa ordem, assumida como solo positivo, que se construirão as teorias gerais da ordenação das coisas e as interpretações que esta requer” (FOUCAULT, 2000, p. XVII). Para o autor, desde o século XVI, em nossa cultura ocidental, percebeu-se que existia uma ordem, isto é, que havia regularidades – na linguagem/gramática, nas leis naturais/biológicas, nos estudos sociais, econômicos e políticos –, modalidades de ordem, por assim dizer, que foram reconhecidas, produzidas, vinculadas ao espaço e ao tempo, que formaram um suporte positivo de conhecimentos.

Com isso, o autor quer dizer que os objetos do discurso não possuem uma origem secreta ou uma infinita continuidade, mas, antes, aparecem numa irrupção de acontecimentos, numa dispersão temporal. Por isso, Foucault (2008, 2000) defende que o discurso seja analisado em sua instância, ou seja, na sua condição de existência, em sua própria dispersão: com suas lacunas, falhas, desordens, superposições, incompatibilidades, trocas e substituições, a partir de suas regras específicas, que formam os objetos de que se fala, os enunciados que emite, os conceitos que produz etc., todo um sistema que o rege e o torna possível. Dessa forma, a prática discursiva se caracteriza pela formação dos objetos de um discurso.

O discurso, portanto, constitui-se em sua dispersão de acontecimentos, pelo conjunto de enunciados efetivos, segundo regras que lhe permite aparecer num dado momento. Sua análise, em acordo com Foucault (2008, p. 31), “trata-se de compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação; de determinar as condições de sua existência”, de verificar suas correlações com outros enunciados, ou seja, identificar sua regularidade. Os enunciados, neste sentido, manifestam sobre determinado objeto do discurso num campo de conhecimento. Foucault (2008, p. 90) acrescenta que “o enunciado é a unidade elementar do discurso”, por isso, existe enunciado à medida que seja possível reconhecer uma formulação específica.

O autor nomeia de discurso todo um conjunto de enunciados, na medida em que estes têm como base uma mesma formação discursiva. A formação discursiva, dessa maneira, é considerada pelo autor como o conjunto de regras anônimas, históricas, situadas sempre em determinado tempo e espaço, exercendo uma função enunciativa a serviço de determinadas áreas ou campos de saber. O filósofo reforça o discurso como o conjunto de enunciados que se formam num mesmo sistema de formação, como, por exemplo, o discurso psiquiátrico, o discurso econômico ou o discurso da história natural, que estabelecem saberes e verdades dentro de sua formação discursiva, uma vez que “não há saber sem uma prática discursiva definida, e toda prática discursiva pode definir-se pelo saber que ela forma” (Foucault, 2008, p. 205).

Esta definição de prática discursiva é ampliada por Foucault (2012), em A ordem do discurso, ao problematizar o caráter de ordem presente no discurso em relação a um campo de saber. O autor apresenta novos princípios que caracterizam um discurso: o

princípio da descontinuidade, da especificidade, da exterioridade e da rarefação. O princípio de descontinuidade significa que os discursos não podem ser considerados como práticas contínuas, mas há sempre uma limitação em detrimento de seu contexto e período. Por especificidade, Foucault (2012) entende o discurso como princípio de regularidade, que permite seu aparecimento, como abordado na fase arqueológica. O princípio da exterioridade se refere ao discurso por ele mesmo, isto é, não há um núcleo interior e escondido que necessita vir à tona, mas a existência do discurso enquanto acontecimento.

Já o princípio de rarefação do discurso seja, talvez, aquele em que o autor mais tenha se dedicado. Este princípio abarca os “sistemas de exclusão”, a “função do autor” e o que se denomina de “disciplinas”. Nos sistemas de exclusão, Foucault (2012) cita o princípio da interdição que existe em todo discurso, a partir de três tipos: (1) não se tem o direito de dizer tudo; (2) não se pode falar tudo em qualquer circunstância; e (3) não é qualquer pessoa que pode falar qualquer coisa. Assim, tem-se a constituição do objeto do discurso (1), a regularidade ou o ritual da circunstância em que o discurso se encontra (2) e o direito de fala de determinados sujeitos (3). Portanto, segundo o autor, estas são as três coerções do discurso – as que limitam o poder do objeto; as que dominam sua aparição; e as que selecionam os sujeitos que têm o direito e/ou o privilégio da fala.

Já na segunda parte da obra *A ordem do discurso*, Foucault (2012) continua sua problematização genealógica ao discorrer sobre a formação de uma vontade da verdade, que se estabeleceu nos discursos em séculos passados; para uma vontade de saber, principalmente, a partir do século XIX. Essa vontade de saber se deu, sobretudo, nos discursos sobre a sexualidade, em que a política do desejo se produziu de modo privilegiado, como aponta Foucault (2012). E, por meio das interdições que atuam nesta formação discursiva, o autor enxerga claramente a ligação do desejo com o poder. Isto é, o poder regulatório que estabeleceu – e ainda estabelece, diga-se de passagem – saberes e verdades específicas na constituição da sexualidade, legitimando os desejos saudáveis e “normais”, dos desejos doentios e transgressores da ordem estipulada.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O discurso e as relações de poder na constituição das identidades de gênero: uma discussão teórica a partir de Michel Foucault e Judith Butler | Mattos, Cajueiro Santos

Passagens: Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará, v. 15, n.3. Especial, 2024

Mas esses discursos sobre a sexualidade, conforme Foucault (1999) alerta, não podem ser vistos como meros fenômenos quantitativos, como se o falar sobre isso fosse mais importante do que os imperativos que esses discursos resultaram: condenações judiciais para as sexualidades “perversas” e todo o desenvolvimento de normas para regerem o “sexo” das pessoas, com controles pedagógicos e tratamentos médicos. Para o autor, a história da sexualidade enquanto domínio de uma verdade e de um saber é também a história dos discursos. “A ‘sexualidade’ é o correlato dessa prática discursiva desenvolvida lentamente, que é a *scientia sexualis*. As características fundamentais dessa sexualidade não traduzem uma representação mais ou menos confundida pela ideologia, ou um desconhecimento induzido pelas interdições; correspondem às exigências funcionais do discurso que deve produzir sua verdade”. (Foucault, 1999, p. 67). Como visto no começo deste artigo, a sociedade, desde o século XVIII, instaurou todo um sistema de produção discursiva, instituindo verdades reguladas sobre o “sexo”, isto é, inserindo-o não apenas numa economia do prazer, mas também, num regime ordenado de saber.

Como abordado em História da sexualidade 1, e reiterado por Butler (2020), o discurso da sexualidade deve ser compreendido como: (a) uma formação de poder; (b) uma configuração histórica específica; e (c) como geradora do desejo que supostamente se reprime, mas que, na verdade, contribui para incitá-la, como questionado por Foucault (1999) sobre a hipótese repressiva. Para Butler (2020, p. 136), “o desejo é fabricado e proibido como um gesto simbólico ritual pelo qual o modelo jurídico exerce e consolida seu próprio poder”. A autora declara que a lei “repressiva” produz a heterossexualidade, mas não atua de modo negativo, funciona como uma espécie de sanção, que divide as identidades de gênero entre dizível/legítimo do que é indizível/ilegítimo.

Dessa forma, constata-se uma clara articulação entre o poder e o saber no discurso que constitui a performatividade dos gêneros, uma vez que o poder cria objetos de saber, como aponta Foucault (2016, p. 231), “não é possível que o poder se exerça sem saber, não é possível que o saber não engendre poder”. Em relação à produção da sexualidade, isso se acentua nas regulações e normas que atuam sobre o corpo e o sexo, fixando sexualidades singulares e legítimas. Segundo Foucault (1999), por intermédio de

O discurso e as relações de poder na constituição das identidades de gênero: uma discussão teórica a partir de Michel Foucault e Judith Butler | Mattos, Cajueiro Santos

múltiplos dispositivos de poder, as sexualidades foram sendo solicitadas, instaladas, isoladas, intensificadas, normatizadas etc. Assim, para ele, a criação das perversões não se trata de um tema moralizador que tenha assustado os escrúpulos vitorianos, mas, na verdade, trata-se de um produto da interferência do poder que se exerce nos prazeres dos indivíduos, definindo todo um jogo de regras e concessões.

REFERÊNCIAS

- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**. Feminismo e subversão da identidade. 20. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 22 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.
- FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.
- FOUCAULT, Michel; SENNETT, Richard. Sexualidade e Solidão. **Review of Books**, Londres, p. 4-7, mai./jun. 1981.
- MACHADO, Roberto. Introdução: por uma genealogia do poder. *In*: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016. p. 7-36.
- MATTOS, Georgia de. **As estratégias subversivas no discurso da youtuber Louie Ponto sobre as relações de gênero**: uma Análise Crítica do Discurso. 2023. 183 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, Universidade de Sorocaba, Sorocaba, 2023. Disponível em: <https://uniso.br/mestrado-doutorado/comunicacao-e-cultura/teses/2023/georgia-mattos.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2024.

SOBRE AS AUTORAS

Georgia Mattos

Doutora em Comunicação e Cultura pela Universidade de Sorocaba (2023). Mestra em Comunicação e Cultura pela Universidade de Sorocaba (2018). Licenciada em Letras - Português/Inglês pela UniCesumar (2022). Bacharela em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade de Sorocaba (2014)

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6023455070493505>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6060-5405>

E-mail: georgia.jor@gmail.com

Tarcyanie Cajueiro Santos

Formada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pernambuco. Mestre, Doutora e Pós-doutora em Ciências da Comunicação pela USP. Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade de Sorocaba, São Paulo.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7913-3492>

E-mail: tarcyaniecs@gmail.com

COMO CITAR ESTE ARTIGO

MATTOS, Georgia; CAJUEIRO SANTOS, Tarcyanie. O discurso e as relações de poder na constituição das identidades de gênero: uma discussão teórica a partir de Michel Foucault e Judith Butler. **Passagens:** Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, v. 15, n.3. Especial. p. 23-41, nov, 2024.

RECEBIDO EM: 19/06/2024

ACEITO EM: 19/07/2024

PUBLICADO EM: 28/11/2024



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional